

O Congresso e a crise

Uma plena consciência da realidade política brasileira e o papel desempenhado, individualmente, por aquelas lideranças e respectivos titulares que exercem as superiores funções de dirigir e comandar os Três Poderes da República, foram objeto de uma correta avaliação por parte do presidente da Câmara Federal, deputado Ibsen Pinheiro, em entrevista exclusiva, concedida a este jornal, na edição do último domingo.

Situando corretamente a posição do Congresso Nacional, diante da crise que hoje assola o País, o representante do Rio Grande do Sul formulou juízos de profunda objetividade, refletindo de forma sensata e pertinente o que de fato vem ocorrendo no Brasil de hoje. O Congresso Nacional, no entendimento do presidente da Câmara, não é parte da crise nem dela faz parte e por igual não se encontra em sua origem. Seu posicionamento é rigorosamente institucional, restringindo a sua atuação aos estritos deveres e obrigações de ocupar os espaços criados pelo vazio de autoridade, criado perante a Nação por denúncias graves, alcançando o Poder Executivo e segundo os quais a administração pública estava sendo desacreditada em suas finalidades pela atuação desenvolta de traficantes de interesses subalternos, numa completa subversão dos usos e costumes que devem dar sustentação ética à atuação dos poderes públicos.

A origem das acusações não procedeu de qualquer partido político com representação nas duas casas do Legislativo e nem de qualquer de seus segmentos. Sua matriz nucleou-se a partir do círculo mais íntimo do Presidente da República, de membros de sua família e envolvendo auxiliares imediatos do Chefe do Executivo.

O Congresso Nacional, como caixa de ressonância da opinião pública, fez ecoar pelos mecanismos que fazem vibrantes e sensíveis a estruturação do seu quotidiano, onde atuam com plena liberdade e redobrada vigilância os órgãos de comunicação social dando apoio a uma mídia competente e consciente de seus compromissos para com o seu público cativo.

A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a procedência ou não das denúncias decorreu de imposição indescartável, dados os níveis das autoridades envolvidas, bem como o alcance comprometedor dos questionamentos levantados. Omitir-se ou silenciar seria uma postura incompatível com as atribuições do Legislativo e da própria austeridade dos poderes públicos que devem ser resguardados em sua honorabilidade.

Entro desse perfil de comportamento, entende o presidente da Câmara dos Deputados que o Congresso Nacional se colocou, como era de sua atribuição e postura ética impostergável, como árbitro da crise, assumindo uma posição de equilíbrio e de serenidade que até aqui não foi desmentida por ação ou omissão daqueles que a integram, quer como representantes da situação, quer como membros das oposições. A dimensão dos reflexos da atuação da CPI que investiga o dossiê apresentado pelo sr. Pedro Collor de Mello, é produto exclusivo da elevada hierarquia dos nomes envolvidos e da solerça dos implicados em eventos de graves suspeções em suas causas e efeitos.

Também foi oportuno o entrevistado ao identificar o Congresso Nacional como projeção legítima da índole brasileira, com suas virtudes e defeitos, produto natural do somatório dos caracteres de nossa gente, procurando em escala e preocupação permanentes evoluir e aperfeiçoar-se.

Com a plena consciência de que existe uma tarefa que não pode ser cumprida pela metade e nem esvaziada em seus objetivos maiores, o sr. Ibsen Pinheiro afirmou convicto e sereno, definindo uma preocupação inarredável de propósitos ao anunciar "em relação a algumas figuras, não faltarão à CPI do Caso PC as provas necessárias para colocá-las na cadeia. Da CPI não resultará a impunidade". São de sua excelência essas palavras prenunciadoras de que um julgamento se fará, destacando o certo do errado e o inocente do culpado.